Concordâncias e discordâncias nas construções narrativas de D. Pedro II e do Segundo Reinado (RIHGB-1925)

Leandro Antonio da Silva

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Franca - São Paulo - Brasil

leandro.antonio@unesp.br

Resumo: No século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se tornou um lugar institucional responsável por cuidar do projeto de escrita da história da nação pautada por uma proposta ligada ao Estado monárquico. A partir de 1889, com a dissolução do regime imperial e a instauração da República, o IHGB redefiniu, reescreveu e fez o uso de novas práticas de narrar a história. Mesmo na República o reduto intelectual ainda conservava traços do regime monárquico e a figura imperial ainda pairava sobre o Instituto. A exemplo disso, foi organizado um volume comemorativo do nascimento de D. Pedro II na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB) em 1925. Nesse sentido, o artigo visa apresentar os diálogos entre os autores na Revista a partir de certas temáticas e evidenciar as aproximações e afastamentos de ideias acerca da memória/história de D. Pedro II e o Segundo Reinado. Para isso, buscamos analisar algumas das principais narrativas a fim de mapear os pontos de encontros/concordâncias e os desencontros/discordâncias de ideias pelos autores. Por meio desse estudo buscamos compreender como a memória/história do Império e do Imperador foram construídas em disputa pelos autores nas narrativas da RIHGB em 1925.

Palavras-chave: D. Pedro II. RIHGB. História da Historiografia.

Introdução

Em um cenário social e cultural pós-independência, no século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, houve o projeto de fabricar uma história nacional com o intuito de formar e estabelecer um perfil para a jovem nação brasileira. O IHGB como lugar institucional responsabilizou-se por orientar, cuidar e sistematizar uma produção historiográfica pautada por uma proposta vinculada ao Estado Imperial. No Oitocentos, a Revista do Instituto empreendeu publicações periódicas de estudos inéditos, divulgação de fontes, biografias, relatos, itinerários de viagens, notícias e memórias. A agremiação intelectual guardava proximidade com o Imperador, D. Pedro II, chamado para ser o protetor da Instituição. Este mesmo lugar cuidou da imagem do Imperador e de seu Reinado, produzindo consideráveis apreciações sobre ele e o seu tempo.

Com a chegada da República, em 1889, o IHGB teve que redefinir suas práticas para narrar a história. Nesse contexto das primeiras décadas republicanas é possível destacar o embate político-intelectual entre republicanos e monarquistas nos diversos espaços e instituições públicas do período. Se por um lado os republicanos buscavam se lançar no fortalecimento de uma tradição republicana, ganhando a luta política naquele presente pela formação de “instituições e ícones”, de outro, os monarquistas pretenderam resgatar a tradição imperial e foram felizes neste empreendimento, pois venceram a batalha simbólica do futuro pelo fomento de narrativas de cunho nostálgico (ALONSO, 2009, p. 147). Os sócios da Instituição buscavam, aos poucos, aderir às configurações do novo regime. Mesmo não se integrando por completo ao republicanismo, o Instituto Histórico não fechou as portas aos indivíduos ligados ao novo sistema político e mantinha em sua composição tanto sócios monarquistas ou simpatizantes do antigo regime quanto sócios ligados ao republicanismo, evidenciando a presença de duas correntes políticas e ideológicas distintas em seu interior. Havia um conjunto de personalidades comprometidas com grupos políticos e ligadas às “velhas lideranças de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paranaíba” bem como a presença de “homens de negócios, empresários, bancários e outros” (GUIMARÃES, 2006, p. 25 e 34).

Mesmo com a diversidade de sócios presente nos quadros do IHGB, principalmente republicanos, a relação entre essa Instituição e o seu antigo protetor se manteve inabalável. Mesmo na República, não se ofuscava a “grandeza da figura imperial” (AVELAR, 2020, p. 400), e havia uma forte memória da atividade do Imperador como grande mecenas da agremiação. A exemplo, foi organizado um volume comemorativo do nascimento de D. Pedro II na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB) em 1925. Ao compilar, selecionar, reunir e publicar inúmeros textos de periódicos, escritos biográficos, homenagens, elogios e críticas, os autores presentes na Revista teceram uma narrativa memorial e historiográfica acerca de D. Pedro II e do Segundo Reinado. Mesmo tratando-se de um volume comemorativo, destacam-se não só os discursos elogiosos, mas também as vozes críticas à memória/história¹ do Imperador e do Império. Nesse sentido, pretende-se apresentar os diálogos entre os autores na Revista e evidenciar as aproximações e afastamentos de

¹ Compreendemos haver diferença entre memória e história, porém tomamos a noção de memória e história pelos seus pontos de intersecção, isto é, será concebida a relação de ambas em uma “perspectiva dialógica”, não aderindo concepções que as interpretam como sinônimas ou totalmente opostas, há de se considerar neste trabalho a “interpenetração” entre ambas (RICOEUR, 2007; BONA, 2010, p. 132 e 140).

ideias acerca da memória/história de D. Pedro II e o Segundo Reinado. Para isso, analisaremos algumas das principais narrativas à luz da noção de *operação historiográfica* e mapearemos os pontos de encontros/concordâncias e os desencontros/discordâncias de ideias pelos autores, com o intuito de identificar possíveis diálogos entre os letrados a partir de certas temáticas.

Assim, por meio desse estudo, inserido na área de história da historiografia, buscamos compreender como uma memória/história do Império e do Imperador foram construídas em disputas pelas narrativas historiográficas e foram produto de um lugar social combinado às práticas científicas e de uma escrita da RIHGB em 1925.

Fundada no ano de 1839, a Revista do IHGB significou para o Oitocentos um “fórum privilegiado do debate político-intelectual” (GUIMARÃES, 1989, p. 23) e assumiu um lugar de destaque no contexto cultural brasileiro durante o século XIX. A edição e seleção das temáticas na Revista nesse período se caracterizaram por guardar laços com as bases do projeto político imperial em decorrência de uma “militância intelectual homogênea” (GUIMARÃES, 2011, p. 155), o que evidenciava os fortes laços entre a agremiação e o seu protetor. No alvorecer da República, dadas as transformações nas práticas e modos de narrar e escrever a história no “Silogeu”², a memória do monarca continuava forte na lembrança da maioria dos sócios. Como sintoma desse espectro da imagem presente do Imperador na agremiação, foi organizado um volume comemorativo da Revista do IHGB, sob a coordenação do engenheiro e político brasileiro João Pandiá Calógeras (1870-1934) e precedida de quatro editoriais assinados por Wenceslau Brás e Epitácio Pessoa (ex-presidentes da República), Cândido Rodrigues e Assis Chateaubriand (dirigentes do *O jornal*) (GUIMARÃES, 2006, p. 178). Não menos importante, cabe destacar que a produção dessa Revista é sintoma de um programa comemorativo lançado pelo IHGB sob a responsabilidade de Max Fleiuss em dezembro de 1922 (FAGUNDES, 2017, p. 286). A produção de tal volume se trata de uma “copiosa miscelânea” que agregou matérias de destaque divulgadas na imprensa carioca e paulista. O trabalho é resultante da colaboração da “Casa da Memória Nacional”³ com *O Jornal* de Assis Chateaubriand (GUIMARÃES, 2006, p. 178).

² A expressão faz referência a um palacete de estilo neoclássico, construído pelo governo na República. O termo significa “casa onde se reúnem associações literárias ou científicas” usado para designar o Instituto Histórico que se transferiu para as dependências do Silogeu na República, a partir de 1913 (GUIMARÃES, 2006, p. 15).

³ Expressão usada para referir-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) explorado por Lucia Maria Paschoal Guimarães em sua obra, *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*.

Esse trabalho construído a várias mãos⁴, oferece condições para se pensar a confluência do “tempo, espaço e homem”, o que implica entender o IHGB como um lugar privilegiado para se observar as “múltiplas relações” (BARROS, 2009, p. 36) entre os três elementos apontados, entendendo o tempo, o Segundo Reinado, como o objeto de revisitação pela Primeira República. O espaço é entendido como o local de produção dessa historiografia, o IHGB, e, por fim, o homem, podendo ser interpretado como o conjunto de letrados que narram as experiências humanas, ou seja, a ação de D. Pedro II como agente e representante do tempo em que viveu. Tais reflexões nos possibilitam pensar como se deu a operação historiográfica de uma memória/história construída pela Primeira República acerca de seu passado monárquico. Uma construção historiográfica que esteve em disputa pelas narrativas como veremos a seguir pela edição comemorativa da RIHGB.

O tomo comemorativo reuniu variados periódicos e autores ligados à política, como o ex-presidente Epitácio Pessoa (1865-1942), autores ligados à administração, como o dirigente do *O Jornal Assis Chateaubriand* (1892-1968), às ciências, como o professor e médico Alfredo Nascimento (1866-1951) e às letras, como o poeta Afonso Celso (1860-1938) e Afonso Taunay (1876-1958). Cabe destacar que a Revista selecionou setenta e nove autores, destes, dez autorias são desconhecidas. Os agentes selecionados que participaram dessa edição comemorativa, em grande parte, nasceram e viveram sua juventude no Império e foram testemunhas da transição política de um regime a outro. Já outros, embora tivessem nascido no Império, passaram sua juventude na República e possivelmente conviveram com as memórias de grupos familiares e do grupo social de pertencimento, acerca do Imperador e do Segundo Reinado. Tais autores ocuparam cargos políticos, alguns atuaram como jornalistas, professores e assumiram cargos administrativos. Trata-se de homens pertencentes a uma elite intelectual do período.

Esse volume produziu, por parte de algumas narrativas, no tempo presente republicano, imagens do passado monárquico a partir, sobretudo, da construção biográfica do Imperador Pedro II, apresentado, em grande medida, com destaque para sua exemplaridade, virtude, bondade e sabedoria. Através das narrativas destes letrados observa-se que alguns eram simpatizantes do antigo regime deposto ou da figura do monarca e enxergavam o Imperador e o Império como um modelo a ser seguido pela Primeira República. Por outro lado, há narrativas críticas que enfraqueceram a ideia de

⁴ Agradeço ao Gabriel Barbosa da Silva Amorim, Laura Duarte Ozelin, Tatiane Pereira Neves e Viviane Ferreira Conti por contribuírem com leituras e sugestões para a melhoria do texto.

exemplaridade na figura do Imperador, dando enfoque a sua dimensão humana e errante, enquanto o seu tempo é colocado como um período de contradição e instabilidade na ordem social. A partir desse campo discursivo urdido por esse local, o IHGB, há de se destacar o papel da memória “como instância criativa” na produção simbólica dessa historiografia, remetendo ao espaço vivido, às ações políticas e sociais, referindo-se a uma dinâmica criativa sobre as lembranças e os esquecimentos na conformação desse discurso historiográfico construído em disputa (BARROS, 2009, p. 37).

No primeiro momento, serão expostas algumas das principais narrativas que apelam para discursos de tons elogiosos, de glorificação e exaltação na construção de D. Pedro II e do Segundo Reinado. Posteriormente, em contraposição a estas, serão apresentados alguns dos discursos que sustentam ideias dissonantes, dando destaque às condutas errantes do Imperador e às problemáticas do seu tempo. Colocando esse conjunto de narrativas lado a lado, identificando suas aproximações e afastamentos, será possível dimensionar como a memória/história do Império e do Imperador foram construídas em disputas pelas narrativas historiográficas da RIHGB em 1925.

Virtude, exemplaridade, liberdade e prosperidade: construções discursivas de D. Pedro II e o seu tempo

Considerando o conjunto de narrativas que apresentam a construção da imagem do Imperador e de seu Império ligados a discursos elogiosos e de glorificação, há um conjunto de textos reunidos na primeira parte da Revista presentes no capítulo I, intitulado *D. Pedro Segundo – Numero especial do “O Jornal” – Apreciações geraes*, como “A tolerância do Imperador” de autoria de Tobias Monteiro (1866-1952) e “D. Pedro II” de Mário de Alencar (1872-1925). No capítulo II, intitulado *O homem publico e os problemas*, destaca-se Ramiz Galvão (1846-1938), que publica o texto “O imperador e a Instrucção Publica” e “D. Pedro e a propaganda republicana” de Oliveira Vianna (1883-1951). Na segunda parte da Revista, *ARTIGOS DE OUTROS JORNAES*, encontra-se presente o texto de Afonso Celso (1860-1938) que escreve “Gloria ao magnânimo”, o texto “D. Pedro II” de Mesquita Pimentel (1871-1931) e, por fim, o texto de Agenor de Roure (1870-1935) “O Brasil em 1889”.

Na primeira seção da Revista, o texto “Imperador tolerante” do jornalista e redator político do Jornal do Comércio, Tobias Monteiro, narra D. Pedro II como um modelo de soberania e virtude, construído como aquele que representou no passado o grande e raro exemplo de tolerância. Conforme o autor, esta virtude política, a tolerância,

significou a chave que sustentou o seu reinado por quase meio século. O caráter virtuoso e exemplar destacado na narrativa evidencia o posicionamento do autor em destacar uma trajetória de vida que deveria ser seguida, a ponto de se aprender com ela. A vida do Imperador era um modelo que deveria ser seguido e imitado:

Tão grande e raro exemplo de tolerancia dever ser apresentado como modelo, se não para atingir, ao menos para imitar. [...]. Dir-se-ia dever tamanha tolerancia levar a frouxidão e produzir sem demora a queda desse monarcha. Entretanto, foi ella, certamente, o seu sustentáculo por mais de quarenta annos, após vinte e seis de revoluções, sedições e motins, desencadeados desde o primeiro reinado e a regencia até o momento em que, com o espírito já formado, elle começou a ser a inspiração permanente da política (MONTEIRO, 1927, p. 160).

Em concordância com os pressupostos acerca da exemplaridade e modelo de governança, aspectos elencados na narrativa de Monteiro, Mário de Alencar, poeta, jornalista, foi diretor da Biblioteca da Câmara dos Deputados e secretário do Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1904, no texto “D. Pedro II”, reforça a construção biográfica de D. Pedro II como um homem de excelência moral e política do seu tempo. Foi um “grande padrão de mérito, da força, da abnegação, e, portanto, da gloria do povo passado” (ALENCAR, 1927, p. 173). Na crença do autor, o Imperador desempenhou sua função de governar com grandeza em sua ação social e função benemérita em agir em prol da civilização brasileira, por meio do incentivo às letras e às artes.

Ao encontro dos pontos elencados por Alencar, o professor, poeta, político brasileiro, tendo ocupado até 1938 o cargo de presidente perpétuo do IHGB, Afonso Celso reforça a tópica da exemplaridade em seu texto “Glória ao magnânimo” e monta a imagem de D. Pedro II próxima dos considerados grandes heróis do ocidente. Celso posiciona a figura de D. Pedro II lado a lado com as figuras de imperadores romanos como Júlio César (100-44 a.C.), Augusto (63 a.C.-14 d.C.), Marco Aurélio (121 – 180), de reis da França como Henrique IV (1553-1610) e Luís XIV (1638-1715) e da Prússia o rei Frederico II (1712-1786). Ao inserir o Imperador brasileiro no mesmo patamar destes vultos proeminentes, Afonso Celso busca reforçar o quão grande e virtuoso era D. Pedro II em comparação aos demais vultos, reforçando a construção de um retrato exemplar de soberano.

Para além das construções discursivas que defendem a exemplaridade da imagem do Imperador, lança-se atenção às memórias produzidas sobre o Segundo Reinado. Destacado como um reinado majestoso, o Segundo Reinado foi proferido como um período em que se cristalizaram a perfeita ordem e liberdade ampla, acompanhado dos progressos no campo das artes e ciências, como apresentado no texto “D. Pedro II” de

Mesquita Pimentel. Na percepção do autor, o Império refletia a prosperidade da economia nacional e, portanto, era respeitado e estimado.

[...] a unidade nacional se consolidara definitivamente; reinava dentro do paiz a mais perfeita ordem no seio da mais ampla liberdade; as artes e as sciencias se desenvolviam com entusiasmo; o governo era respeitado e estimado; as finanças publicas reflectiam a prosperidade da economia nacional e o cambio, thermometer imparcial e exacto desta, subira francamente acima do par (PIMENTEL, 1927, p. 569).

No mesmo diapasão, as narrativas de Ramiz Galvão - médico, professor, filólogo, membro honorário da Academia Nacional de Medicina e de diversas associações científicas e literárias - endossam a imagem sobre o Segundo Reinado como um tempo versado na instrução pública no texto “O imperador e a Instrução Publica”. Segundo o sócio benemérito do IHGB, houve naquele tempo constante investimento na instrução pública, desenvolvimento e reforma dos antigos institutos de ensino superior aos moldes dos países europeus. Reformas que aconteceram nas Faculdades de Medicina, Faculdade de Direito e escolas de estudos de Engenharia, assim como na Escola Central e Escola Politécnica. Além disso, criou-se várias outras instituições, como a Universidade do Brasil, Biblioteca Imperial e Pública, Academia de Bellas Artes, Colégio Pedro II, entre outros.

Se aproximando das ideias proferidas pelas narrativas anteriores, Agenor de Roure, que atuou como jornalista e ocupou cargos importantes, como revisor do Jornal do Brasil, redator da Gazeta de Notícias e dos debates do Senado Federal, admirou o Segundo Reinado por conservar em seu tempo a presença de raízes democráticas, como se evidencia no texto “O Brasil em 1889”. Havia naquele tempo a “perfeita unidade”, “um paiz em franca prosperidade” (ROURE, 1927, p. 531), momento circunstancial em que houve ampla liberdade no qual os cidadãos tinham seus direitos garantidos. Roure aponta o Império como uma etapa necessária que legou ao futuro do país a prosperidade na República. Nesse sentido, é narrada a fatalidade e inevitabilidade da transição do Império à República, pois os princípios republicanos estavam presentes na tradição política da nação e os republicanos eram um partido coeso e disciplinado. Outra questão a qual demonstra a fatalidade da transição política era a moléstia do Imperador, que colocava em dúvida o futuro do país e gerava receio de uma possível morte do monarca. Mais um fator favorável à transição era a causa abolicionista, criando nos escravocratas um sentimento de indiferença em relação a apoiar a manutenção do trono real. Por fim, contribuía para a inevitabilidade do processo o descontentamento do exército em relação ao Império.

Em defesa à memória do Império e do Imperador, destaca-se o texto “D. Pedro e a propaganda republicana”, do sociólogo, jurista e professor, Oliveira Vianna, tendo atuado como diretor do Instituto de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, ministro do Tribunal de Contas da União e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No texto é descrito o movimento político contrário à monarquia da dinastia de Bragança. Entre as implicações contra a família imperial e o Imperador, destaca-se o “privilégio dinástico” como o perigo de anulação do aspecto democrático pelo poder imperial. Vianna destaca que se acreditava que o privilégio dinástico de que gozava D. Pedro II apresentava riscos à eficácia de um governo popular. Esse princípio de poder dinástico assegurado à família imperial causava horror aos republicanos por se tratar de um poder com base “sagrada, inviolável, irresponsável” além de ser de caráter ativo, onímodo e onipresente (VIANNA, 1927, p. 413). Ao ver dos republicanos, a dimensão desse poder de posse do Imperador era um absurdo. Essas acusações, apresentadas com base no manifesto republicano, não são da concordância do próprio autor que defende o privilégio monárquico de usufruto do Imperador. Segundo Vianna, mediante os argumentos expostos pelos republicanos, os mesmos ocultaram aquilo que a monarquia apresentava de excelente, justificando a permanência da instituição e o privilégio concedido ao monarca.

Fixando-se neste grande argumento, doutrinariamente poderoso, elles ocultaram habilmente aquillo que a velha instituição tinha de excelente, aquillo que só por si bastaria para justificar-lhe a permanencia e o privilegio da perpetuidade: - a sua função providencial como agente da integração nacional, como agente da legalização nacional, como agente de crystalisação de uma consciencia nacional [...] (VIANNA, 1927, p. 414).

Oliveira Vianna se posiciona a favor do privilégio dinástico e argumenta sobre a importância desse poder com base nos dizeres do político e diplomata brasileiro, Joaquim Nabuco (1849-1910). De acordo com Nabuco, o privilégio era um “cargo honorífico”, de “conveniência pública”, “uma fórmula algébrica de equilíbrio de forças”. Ainda mais, o mesmo coloca o movimento político de oposição ao poder como um “absurdo”. Em suas palavras: “É tão absurdo ressentir-se alguém em sua dignidade desse ponto fixo no systema político, como o seria ressentir-se da existencia do eixo da terra ou da estrella polar” (VIANNA, 1927, p. 415).

Nessa lógica, para Vianna o poder pessoal do Imperador era um bem e o monarca o exercia no sentido virtuoso. Contrariamente, é apontado que os “conservadores ferrenhos” estavam convencidos de que a continuidade de tal poder era um mal e que D. Pedro II o exercia no sentido do desfortúnio, a serviço da tirania (VIANNA, 1927, p.

415). A intencionalidade dos republicanos era limpar o viés autocrático alimentado pelo direito divino do imperador, autoritarismo identificado conforme a perspectiva dos republicanos e que deveria ser eliminado, garantindo um governo plenamente democrático e liberal (VIANNA, 1927, p. 418).

Conforme a narrativa engendrada anteriormente, são apresentados os argumentos do período defendidos pelo movimento político republicano, que se colocou contrário ao poder pessoal do Imperador. Em um sentido oposto, Vianna toma partido e defende em certa medida o poder e o bom uso do mesmo pelo Imperador. Portanto, há de um lado a exposição de críticas contrárias ao poder imperial por Vianna e, de outro, a argumentação do próprio favorável ao privilégio dinástico, ao mesmo tempo em que se contrapõe às críticas à memória do Imperador.

O conjunto de narrativas apresentadas por estes letrados na Revista revela em suas discussões diversas concordâncias na construção de D. Pedro II como um monarca virtuoso, exemplar, idealizado como um “grande padrão de mérito” e de “glória do povo passado”. A prática de escrita destes letrados na construção do Imperador como modelo de virtude e uma trajetória de vida exemplar pautou-se em um discurso de tom elogioso e de glorificação. Este lugar social alimentou a crença de que D. Pedro II devia ser ao menos imitado, caso não se consiga atingi-lo como modelo em sua integridade e, se posicionou em defesa da memória do monarca e o uso de seu poder dinástico para o seu tempo. As construções discursivas urdidas pela Revista da agremiação sobre o Segundo Reinado aparecem associadas com o tempo em que se fundou a nacionalidade, período glorioso, de poder, prosperidade e de perfeita ordem. A partir da construção desse campo discursivo, é possível pensar a relação entre memória e história, marcada por inter-relações e complementaridade, não havendo “fusão ou exclusão” na operação historiográfica desse discurso (RICOEUR, 2007; BONA, 2010, p. 153). Conforme essa operação, interessou a esta historiografia construir a trajetória de um homem virtuoso, um tempo de glória e poder. No entanto, não se pode afirmar que esses pontos apresentados eram uniformes a toda extensão do periódico.

Vozes exaltadoras e críticas à memória/história do imperador e do império

Outro rol de textos apresenta vozes críticas à memória e à história do Imperador e o seu Império. Lança-se luz aos textos reunidos na primeira parte, mais precisamente no Capítulo II da Revista: “O imperador e o Exército” de José Maria Moreira Guimarães

(1864-1940) e “O imperador e o Federalismo” de Levi Carneiro (1882-1971). Na segunda parte da Revista, *Artigos de outros jornais*, são destacados os textos “O imperador e a Republica” de Antônio Azeredo (1861-1936) e “A margem do Segundo Reinado” de Vicente Licínio Cardoso (1889-1931).

A começar com o texto “O imperador e o Exército” do engenheiro militar, sócio efetivo do IHGB e associado a Sociedade de Geografia de Lisboa, José Maria Moreira Guimarães aponta que a instabilidade do Segundo Reinado esteve vinculada a um estado de desordenamento social. Para o letrado, as instituições naquele período vacilaram, o cidadão vivia inseguro e assustado, enquanto o governo consumia o seu tempo com vãs recomendações. A indisciplina social se fazia assustadora, assim como a indisciplina militar que se agigantava e tomava corpo no período, produzindo grandes perturbações de ordem social. Ao que tudo indica, essa indisciplina dos militares se identificou com a mobilização dos mesmos no lançamento de manifestos em prol de seus direitos e, para além das suas reivindicações, em 1887 o próprio clube de militares se organizou em prol da questão do abolicionismo, e dois anos mais tarde, em 1889, atuou de forma favorável à questão republicana.

Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receioso e assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações”. Ora, veio complicando-se o problema brasileiro. A indisciplina social faz-se assustadora. E, com essa indisciplina, toma corpo a indisciplina militar. Officiais do exercito assassinam em plena rua Apulchro de Castro. Não se punem os responsáveis. A agitação está aos olhos de toda gente. Impressionam as questões militares. Impressiona e aumenta a confusão. Lançam manifesto Deodoro e Pelotas. E, propugando o direito dos militares, não se cansa o illustre e honrado tenente-coronel Senna Madureira. Intervem o Club Militar na questão abolicionista, aos 25 de outubro de 1887, como, dois annos mais tarde, aos 9 de novembro de 1889, teria de intervir na questão republicana. E o Club Militar, ninguém o ignora, pesava na balança dos acontecimentos... (GUIMARÃES, 1927, p. 354).

Os acontecimentos citados no excerto acima impactaram o Segundo Reinado, que no final do século XIX se mostrava instável. No curso da narrativa, Guimarães dá enfoque à Guerra do Paraguai e, a partir deste evento, percebe-se a contradição do Império. Conforme a narrativa, o Brasil lutava contra o Paraguai para derrotar o presidente Francisco Solano López (1827-1870), no entanto, quando o Império venceu a batalha, o Brasil lutava contra um país que não tinha escravos. A contradição do Império se identifica pelo fato de que a nação brasileira lutou contra uma nação livre, diferentemente da sua própria realidade que mantinha homens e mulheres negros sob o jugo do sistema escravocrata, portanto, não era uma nação de cidadãos libertos. Na sequência, apontou-se que a campanha abolicionista foi um movimento que acentuou a

“aspiração nacional”, difundindo a liberdade para todo o Brasil e alinhado a outra campanha favorável à República.

Lopez, de espada em punho, lutando, morre gloriosamente. Está, por fim, livre o Paraguay. E livre, porque se libertara de Lopez e fizera a emancipação dos seus escravos. Não ha duvida: o Paraguay, vencido, não tem escravos; mas o Brasil, victorioso, não sabe levar a bom termo o altíssimo pensamento da alma brasileira... Dahi, a campanha abolicionista, em que se veio acentuando a aspiração nacional de liberdade para todo o Brasil. Dahi ao lado do movimento emancipador, essa outra campanha em prol da Republica (GUIMARÃES, 1927, p. 357).

Dessa forma, naquele período a monarquia se encontrava cercada pelas campanhas de aspiração abolicionistas e republicanas, questões essas que tornaram inevitáveis a derrocada do Império.

Em concordância com as primeiras narrativas apresentadas no primeiro bloco de textos, o fundador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e consultor geral da República, Levi Carneiro, no texto “O imperador e o Federalismo”, contempla e enaltece a figura de D. Pedro II como de “grande expressão moral”, “ternura” e que sua história de vida se entremeia na história política do Brasil. Nas palavras do autor: “[...] Soube ser um chefe de governo profundamente democrático” (CARNEIRO, 1927, p. 372). Concebido como o “símbolo da centralidade política” desde a ascensão de D. Pedro II ao trono em 1840, há em curso no Segundo Reinado uma concentração de poderes na pessoa do Imperador, conforme apresenta o letrado. “O imperador domina, dirige, acompanha, [...], toda a vida da nação” (CARNEIRO, 1927, p. 374). Em decorrência da concentração de poderes nas mãos do Imperador, Carneiro apresenta que a centralização imperial sufocava as províncias do Império, restringindo a autonomia dessas ao invés de ampliá-la. A exemplo disso, segundo o autor, quem nomeava os presidentes das províncias era a Coroa Real, os representantes provinciais não tinham liberdade de ação, havia uma limitação dos poderes locais que por vezes eram anulados por forças gerais, o que propiciava o conflito entre poderes.

A pressão imperial sobre as províncias transmitia-se através dos governos destas, ás proprias municipalidades. Suffocava-as. Ellas tinham sido um anteparo contra a prepotência de governadores e vice-reis. A lei de 28 já as subordina aos presidentes de províncias. O acto Addicional systematiza essa subordinação, atrofiando-as. [...]. Cada vez mais se atrofiaram as municipalidades com a atrofia das provinciais, deslocando-se para o poder imperial, sem diminuir, a pressão que sofriam (CARNEIRO, 1927, p. 374).

Considerando a narrativa, percebe-se que de um lado, o autor enaltece e glorifica a memória do Imperador, por outro, aponta em tom de crítica o crescente aumento do poder imperial que limitava a liberdade de ação das províncias do Império.

O fundador do Diário de Notícias no Rio de Janeiro, também político e jornalista brasileiro, Antônio Azeredo se declara no texto “O imperador e a Republica” um republicano e que tal circunstância não o impede de proclamar a verdade sobre o passado. Para ele, o reinado de D. Pedro II foi longo porque o povo se convenceu das qualidades e condutas virtuosas do Imperador. Além de destacar a grandiosidade da figura imperial, discute as condutas pessoais do Imperador. Alega-se que ninguém podia contestar os seus caprichos, que por vezes chegavam ao extremo, mas não se podia ignorar que o mesmo não guardava nenhum sentimento de rancor, era uma alma que sabia perdoar. Segundo Azeredo, algumas das ações do imperante se mostravam tendenciosas e errantes. As condutas equivocadas de D. Pedro II podiam ser encontradas, por exemplo, no ato de marcar os funcionários públicos que em seus dizeres: “não andavam bem e então não podiam subir na sua carreira. Algumas vezes o veto prejudicou magistrados que não mereciam semelhante conceito e os prejuízos resultantes” (AZEREDO, 1927, p. 854).

O letrado reclama que o Império deveria ter feito mais para o povo e tal circunstância fez surgir um descontentamento que se refletiu pela manifestação e insatisfação do povo contra o regime, abrindo horizontes a uma nova configuração política. Como republicano, o mesmo não se vê no direito de combater as homenagens prestadas ao Imperador e o período em que reinou durante meio século. Ao contrário disso, é reconhecido que o Segundo Reinado se mostrou em plena integridade moral, período de patriotismo e de elevação da moral da nação, no entanto, mesmo em conformidade com este passado, é descartada qualquer possibilidade de restauração monárquica, o que seria um “verdadeiro absurdo” (AZEREDO, 1927, p. 856).

Conforme a narrativa, realizaram-se elogios e homenagens à figura do monarca e ao seu tempo, mas em outro instante, o autor tece críticas à memória daquele período. A narrativa do autor se orienta em uma dupla direção. De um lado se distancia das narrativas que apontam para a exemplaridade de D. Pedro II e o seu tempo, quando o mesmo critica a memória de um passado imperial. Por outro, essa mesma narrativa se aproxima do rol de discursos elogiosos e de glorificação da memória imperial quando o autor busca elogiar o Imperador e o Império.

O texto “A margem do Segundo Reinado”, do engenheiro civil, escritor brasileiro e presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), Vicente Licínio Cardoso, apresenta as inúmeras falhas administrativas do Segundo Reinado. Cardoso aponta problemas que estavam presentes nos projetos e estudos feitos pelo Império. Muitas coisas não atingiram o efeito prático, isto é, muitos projetos não saíram do papel, não houve uma preocupação em resolver certos problemas, tanto no Império como na República.

[...] escondem sua inépcia de acção, as suas insuficiências de pragmatismo político, e fingem, pela palavra fácil de taes papes officiaes, capacidades de estadistas. [...], muita coisa foi apenas feita no papel, sem nenhuma preocupação séria de realização posterior, ilustrando, sem parcimônia, a mentalidade de relatórios, com que os nossos politicos de hontem como os de hoje – no Imperio como na República – escondem sua inépcia de acção, as suas insuficiências de pragmatismo politico, e fingem, pela palavra fácil de taes papeis officiaes, capacidades de estadistas (CARDOSO, 1927, p. 1051-1052).

Sob o aspecto da organização e aparelhamento econômico, o reinado de D. Pedro II era uma “pobreza inominável e alarmante” em comparação ao governo do avô, D. João VI, que ao menos reagia em tentar fazer algo que fosse útil e oportuno à nação (CARDOSO, 1927, p. 1055). Segundo o autor, não há nada que sirva como desculpa para justificar o desinteresse de D. Pedro II pelos assuntos políticos da nação. Mesmo apresentando críticas à memória do Imperador, não se isenta de descrever as qualidades e valores do monarca, no entanto, o que predomina em sua narrativa são os dizeres ácidos em relação à memória do imperante. Segundo Licínio, D. Pedro II fálhou em sua obra política, falecia nele a sua capacidade organizadora e minguava em descobrir homens hábeis. D. Pedro II é acusado por não descobrir os “melhores talentos” de seu tempo. Nesse sentido, acreditava-se que o Brasil carecia de tais talentos, como da cultura do estadista brasileiro José Bonifácio (1763-1838), da energia do regente do Império, Diogo Feijó (1784-1843) e da crença do próprio Imperador, “para com elles fundir a figura complexa do modelador da sua nacionalidade” (CARDOSO, 1927, p. 1061). Em seguida, argumenta que a cultura de Bonifácio é importante, justamente porque ela era “grande, solida, sadia, embebida” nas ciências naturais. A energia de Feijó era um atributo importante por ser “eloquentemente vigorosa num momento por demais critico de nossa historia” (CARDOSO, 1927, p. 1059). A crença do monarca no Brasil seria um fator importante, “porque ella foi tão serena e confortadora, que constituiu a sua propria religião, a finalidade do crente” (CARDOSO, 1927, p. 1061). Apesar de seu amor aos estudos e desvelado apreço pelas artes e ciências, isso não significou para o letrado que D. Pedro II foi o educador ideal para o povo brasileiro. Intensificando as críticas à

memória do Imperador, fundamentado nos argumentos do magistrado e político brasileiro Antônio Ferreira Viana (1833-1903), Licínio aponta que o monarca levou 50 anos para fingir governar um povo livre, isto é, escondeu a indiferença dos cidadãos pela causa pública, pelos direitos e liberdades dos mesmos, de modo a não praticar e zelar o culto em prol da constituição. Foi considerado hábil, na adoração de sua pátria, soube de fato fingir com mestria que governava (CARDOSO, 1927, p. 1087).

Cardoso tece profundas críticas à memória do Império e do Imperador, se afastando nitidamente do rol de narrativas de cunho elogiosos e de glorificação. Declaradamente, se coloca como um ponto fora da curva no curso dos textos presentes na Revista, se posicionando como um autor altamente crítico em contraposição ao predomínio de um tom discursivo de caráter elogioso e de glorificação à memória/história do Imperador e do Império.

Esse conjunto de narrativas apresenta vários pontos de encontro e algumas concordâncias entre si e, conseqüentemente, divergem ou discordam do primeiro bloco de textos comentados anteriormente. Os textos apontam para a contradição e a instabilidade política do Império, relacionado à ideia de que a monarquia se encontrava cercada por aspirações abolicionistas e republicanas, questões essas que levaram ao enfraquecimento do Segundo Reinado. A centralização de poder nas mãos do Imperador e a restrição de liberdade política nas províncias do Império foram alguns dos pontos presentes nestes discursos que marcaram a memória de D. Pedro II como um “imperador centralizador”. Já o tempo em que o Imperador governou, o Segundo Reinado, é construído como um período marcado por problemáticas administrativas, com tamanha pobreza na organização e aparelhamento econômico, que carecia de um líder interessado nos assuntos políticos da nação.

A prática de escrita desses letrados foi marcada por um tom exaltador, mas também crítico à memória/história do Imperador e o Império, de modo que desse lugar social urdiu, em partes, narrativas que testemunharam, denunciaram os erros e problemas do Imperador e o seu tempo, enfraquecendo a tópica da exemplaridade em ambos. Na operação escrita dessa historiografia, é possível reafirmar a “constituição ontológica” entre memória e história, compreendendo haver uma implicação dialógica que se coloca pertinente à discussão no curso das narrativas. Tanto a história como a memória pretenderam apresentar no discurso republicano as coisas passadas. A memória se inscreve no discurso histórico se atestando de forma “imediate e evidente” como referência ao seu objeto passado (BONA, 2010, p. 158). Na intersecção entre ambas não

há prioridade e superioridade concedida a uma ou outra, “embora caiba à primeira o exercício regulado da segunda, atento aos usos e abusos. No entanto, a história não pode suprimir a memória: “A história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo” (RICOEUR, 2007, p. 159). Assim, a memória continua sendo a guardiã do que aconteceu no passado” (BONA, 2010, p. 159), como é perceptível na construção do discurso historiográfico pela associação intelectual na Primeira República.

Considerações Finais

Para além de vários discursos elogiosos e de glorificação da trajetória exemplar de vida do monarca, bem como a construção do Segundo Reinado como um tempo de ordem, liberdade, paz e estabilidade, houve vozes dissonantes que se contrapuseram a essas narrativas em prol da memória do Imperador e seu tempo. Entre essas narrativas, destaca-se a construção do Segundo Reinado como um período em que houve instabilidade política e social, se afastando da ideia de um período de estabilidade, uma vez que se encontrava cercado por aspirações abolicionistas e republicanas. A ideia de centralização de poder nas mãos do Imperador é outra construção corrente, indicando a falta de liberdade de ação no interior das províncias. As críticas contrárias ao privilégio dinástico contra a família imperial, na pessoa de D. Pedro II, constituíram parte das narrativas que apontaram para os possíveis riscos de anulação do elemento democrático pelo poder imperial, construindo a figura de um Império despótico, perspectiva essa vinda do movimento republicano. Outro discurso mais crítico à memória de D. Pedro II e de seu reinado era de que o aparelhamento econômico e a organização social e política do reinado eram de uma pobreza notável.

Além desses vários pontos de desencontros observados entre tais textos reunidos no volume comemorativo, há de se apontar os pontos de encontros e concordâncias que se fizeram na construção de ideias sobre a figura do Imperador, como a ênfase em seus valores virtuosos, exemplaridade, figura de expressão moral e de grande representação política. Os pontos anunciados aparecem obviamente no conjunto de narrativas de cunho elogioso e de caráter contemplativo como as dos autores: Tobias Monteiro, Mário de Alencar, Ramiz Galvão, Afonso Celso, Mesquita Pimentel e Oliveira Vianna. Os mesmos pontos enunciados que trazem as ideias de virtuosidade, exemplaridade e grandeza ligadas à figura de D. Pedro II, não aparecem ausentes nas narrativas em que

predominou um viés mais crítico, presentes nas ideias dos letrados Levi Carneiro, Antônio Azeredo e Vicente Licínio Cardoso.

As aproximações e concordâncias entre as duas linhas narrativas, uma de tom mais elogioso e outra de uma perspectiva mais crítica, guardavam pontos em comum, em certa medida, sobre a exemplaridade e a conduta moral e virtuosa do monarca. Por outro lado, os afastamentos e discordâncias entre essas duas linhas discursivas se davam a respeito do Segundo Reinado em um conjunto de textos no qual há a preponderância de discursos voltados para um tempo de perfeita ordem, glorioso, de poder e versado na instrução pública, como em Ramiz Galvão, Afonso Celso e Tobias Monteiro. Já a ideia de instabilidade, contradição, centralização e pobreza associadas ao Segundo Reinado aparecem nas produções de José Maria Moreira Guimarães, Levi Carneiro e Vicente Licínio Cardoso. Assim, este lugar social, a RIHGB, ao falar sobre o passado imperial, isto é, ao construir a memória/história do Imperador e do Império, não produziu uma narrativa uniforme com um único tom discursivo, há uma diferenciação entre os discursos que ora teceram uma narrativa heroica e gloriosa do passado Imperial, ora produziram narrativas críticas a memória deste passado. Nessa construção, vislumbra-se a complementaridade entre memória e história, havendo entre uma e outra uma “fecundação recíproca”. Longe de haver uma fusão entre ambas, verificou-se que a memória se constituiu como matriz para a história (BONA, 2010, p. 159). Tanto a primeira como a segunda foram produções inscritas pela RIHGB, tecidas por um coletivo de homens pertencentes à elite intelectual da República. Assim, a partir dos encontros/concordâncias e os desencontros/discordâncias de ideias pelos autores foi possível compreender como a memória/história do Império e do Imperador foram construídas em disputa pelas narrativas da RIHGB em 1925.

AGREEMENTS AND DISAGREEMENTS IN THE NARRATIVE CONSTRUCTIONS OF D. PEDRO II AND THE SECOND REIGN (RIHGB-1925)

Abstract: In the 19th century, the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) became an institutional place responsible for taking care of the project of writing the history of the nation guided by a proposal linked to the monarchical State. From 1889, how to dissolve the imperial regime and establish the Republic, where the IHGB redefines, recreates and uses new practices to narrate history. Even in the Republic, the intellectual stronghold still retained traces of the monarchical regime and the imperial figure still hovered over the Institute. As an example of this, the faith organized a commemorative volume of the birth of D. Pedro II in the Magazine of the Brazilian Historical and Geographical Institute (RIHGB) in 1925. In this sense, the article aims to present the dialogues between the others in the Magazine of certain tactics and highlight the approximations and departures of ideas about the memory/history of D. Pedro II and the Second Empire. For this, we seek to analyze some of the main narratives in order to map the points of agreement/agreement and disagreement/disagreement of ideas by the authors. Through

this study, we seek to understand how the memory/history of the Empire and the Emperor were constructed in dispute by the authors in the RIHGB narratives in 1925.

Keywords: D. Pedro II. RIHGB. History of Historiography.

ACUERDOS Y DESENCUENTROS EN LAS CONSTRUCCIONES NARRATIVA. PEDRO II Y EL SEGUNDO REINADO (RIHGB-1925)

Resumen: En el siglo XIX, el Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se convirtió en un lugar institucional responsable de cuidar el proyecto de escribir la historia de la nación guiada por una propuesta vinculada al Estado monárquico. A partir de 1889, con la disolución del régimen imperial y el establecimiento de la República, el IHGB redefinió, reescribió y aprovechó nuevas prácticas para narrar la historia. Incluso en la República, el bastión intelectual aún conservaba rastros del régimen monárquico y la figura imperial aún se cernía sobre el Instituto. Como ejemplo, un volumen conmemorativo del nacimiento de D. Pedro II en la Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB) en 1925. En ese sentido, el artículo tiene como objetivo presentar los diálogos entre los autores de la Revista a partir de ciertos temas y resaltar las similitudes y diferencias de ideas sobre la memoria/historia de D. Pedro II y el Segundo Reinado. Para ello, buscamos analizar algunas de las principales narrativas con el fin de mapear los puntos de acuerdo/acuerdo y desacuerdo/desacuerdo de ideas por parte de los autores. A través de este estudio, buscamos comprender cómo la memoria/historia del Imperio y del Emperador fueron construidas en disputa por los autores en las narrativas de la RIHGB en 1925.

Palabras clave: D. Pedro II. RIHGB. Historia de la Historiografía.

Referências

Fontes

- ALENCAR, Mario. D. Pedro II. **RIHGB**, t.98, v. 152, p. 169-173, [1925], 1927.
- AZEREDO, Antonio. O imperador e a Republica. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.850-859, [1925], 1927.
- CARDOSO, Vicente. A margem do Segundo Reinado. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.1039-1087, [1925], 1927.
- CARNEIRO, Levi. O imperador e o Federalismo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 371-384, [1925], 1927.
- GUIMARÃES, José M. Moreira. O imperador e o Exercito. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 350-362, [1925], 1927.
- MONTEIRO, Tobias. A tolerancia do imperador. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.150-161, [1925], 1927.
- PIMENTEL, A. Mesquita. D. Pedro II. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 565-570, [1925], 1927.

RIHGB. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (1925)**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, [1925], 1927.

ROURE, Agenor de. O Brasil em 1889. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.529-538, [1925], 1927.

VIANNA, Oliveira. D. Pedro e a propaganda republicana. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 412- 419, [1925], 1927.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. Arrivistas e Decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na Primeira década republicana. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 85, p. 131-148, 2009.

AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 13, n. 33, p. 397-429, 8 ago. 2020.

BARROS, José D.'Assunção. História e memória - uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: BENTIVOGLIO, Júlio; ARRAIS, Cristiano Arrais. (Org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ed. Serra: *Milfontes*, 2017, v. 1, p. 7-25.

BONA, Aldo Nelson. **Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito**. 2010. 209f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

GOMES, Ângela de Castro; **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 2ª. Edição – São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In:

ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (Org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. 1ed. Vitória (ES): *Milfontes*, 2017, v. 1, p. 26-45.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A História nacional. In: WEHLING, Arno. (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p. 21-41.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História** v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)**. Rio de Janeiro, 2012. 233 p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOBRE O AUTOR

Leandro Antonio da Silva é mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 30/01/2023

Aceito em 12/07/2023